

O conceito como unidade fundamental da linguagem mental em Guilherme de Ockham

The concept as fundamental unit of William of Ockham's mental language

Laiza Rodrigues de Souza¹

Resumo: A noção de conceito é um tema fundamental e recorrente que permeia as reflexões filosóficas. Durante a escolástica, o conceito sob o título de “universal” protagonizava uma acirrada discussão acerca de qual o modo de existência dos termos gerais e do modo pelo qual temos acesso a eles. Neste contexto, a postura de Guilherme de Ockham em relação ao estatuto ontológico dos universais é nominalista, isto é, considera os universais como termos, reduzindo-os a nomes sem existência no mundo exterior. Ockham desenvolveu em sua teoria lógica dois níveis de linguagem, a partir da concepção boeciana dos três níveis de discurso, o falado, escrito e o mental. Assim, temos a linguagem mental que abriga o discurso mental e a linguagem convencional que abriga o discurso escrito e falado. O universal ou conceito possui existência somente na linguagem mental. Entretanto, nos falta explicar como podemos extrair do mundo um conceito que só existe na linguagem mental? O objetivo desta comunicação é mostrar como através da nossa relação com o mundo se dá a formação do conceito através de um ato cognitivo abstrativo que faz do conceito um signo mental que enquanto tal é a unidade fundamental da linguagem mental pela sua capacidade de supor dentro de uma proposição mental por todos ou qualquer uma das coisas singulares que ele significa.

Palavras-chave: Conceito. Linguagem Mental. Signo.

Abstract: The notion of “concept” is a fundamental and recurring theme that permeates philosophical reflections. During scholasticism, the concept under the heading of “universal” was the protagonist of a heated discussion about which the mode of existence of the general terms and the way in which we have access to them. In this context, William of Ockham's position regarding the ontological status of universals is nominalist, e. g., he considers them as universals terms, reducing them to names without existence in the outside world. Ockham developed in his logical theory two language levels out the three levels of boethian discourse, videlicet: spoken, written and mental. Thus we have the mental language that contains the mental discourse and conventional language which contains the written and spoken speech. The universal or concept has existence only in mental language. However, we lack in explaining how we can extract from the world a concept that exists only in mental language? The purpose of this communication is to show how through our relationship with the world occurs the formation of the concept through an abstractive and cognitive act that turns the concept in a mental sign which is itself the fundamental unit of the mental language given their ability to suppose in a mental proposition for all or any of the natural things that it means.

Key-words: Concepts. Mental Language. Signs.

No pensamento de Guilherme de Ockham a noção de conceito é um ponto fundamental e precisa satisfazer algumas condições para harmonizar com outros posicionamentos do autor. Primeiramente destacaremos o posicionamento ontológico que favorece o corte de qualquer entidade ontológica considerada desnecessária. Esse

¹ Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: laizarodrigues@hotmail.com

reducionismo ontológico norteará e se estenderá a suas teorias lógicas e epistemológicas também. Enquanto lógico, Ockham irá se preocupar com a validade do discurso lógico, de modo a tentar formular um sistema linguístico que possa ser analisado e fundamentado logicamente sem a necessidade de reproduzir entidades desnecessárias até mesmo através da linguagem. Finalmente, epistemologicamente, nosso autor terá o cuidado de explicar os mecanismos de cognição sem recorrer a essas entidades tidas por ele como indesejáveis.

Começemos por dizer que Ockham está inserido no conjunto de lógicos e gramáticos considerados como terministas. O que caracteriza essencialmente a lógica terminista é a investigação acerca das propriedades que um termo pode vir a ter, as chamadas *proprietates terminorum*. As propriedades mais recorrentes dos termos entre as *Summae* escolásticas são a significação, apelação, copulação e suposição. As noções que mais interessam ao nosso propósito são a de significação e suposição. A significação possui uma anterioridade em relação à suposição, cuja definição depende daquela. Podemos dizer que o ponto de partida para compreender a teoria semântica ockhamista é a partir da compreensão do que é o signo.

Ockham distingue três tipos de signo, o falado, escrito e mental. A divisão do signo em três tipos é retomada da noção boeciana dos três níveis de discurso (escrito, falado, mental) e quando falamos em pensamento conceitual, estamos nos referindo à noção de discurso interior. Desta distinção segue-se outra entre dois tipos de linguagem: mental e convencional. A linguagem mental é anterior às línguas e comum a todos os homens; composta por termos mentais e conceitos que significam naturalmente as coisas do mundo. A linguagem mental diz respeito às intenções da alma, isto é, a um discurso interior que é anterior à linguagem convencional e às línguas². Por sua vez a linguagem convencional é instituída no interior de cada língua e comum apenas aos seus falantes; compõe-se de nomes sejam escritos ou orais que são signos das coisas por convenção.

Uma explicação didática da relevância da linguagem mental se dá da seguinte forma. Nossas ideias e crenças são expressas através de proposições faladas ou escritas, que dizem respeito à linguagem convencional. Entretanto, é certo que antes de falarmos ou escrevermos qualquer ideia, nós formulamos essa ideia em nossa mente, mais especificamente, nós formulamos a proposição em nossa mente antes de expressá-la pela linguagem convencional. Esta formulação mental ocorre naquilo que é conhecido por linguagem mental. Assim, compreender os mecanismos envolvidos na linguagem mental significa compreender o próprio funcionamento do pensamento humano. É na linguagem mental que existe o

² Cf. *Summa Logicae*, parte I, capítulo 1.

pensamento conceitual. E aqui é importante ressaltar que o conceito tem duas caracterizações básicas na teoria de Ockham. Em sua teoria madura os conceitos são, além de signos mentais como já citamos, atos cognitivos. De forma que compreender os conceitos é ao mesmo tempo compreender o pensamento humano. Isto é, compreender a noção de conceito significa compreender qual o papel dos atos conceituais no pensamento humano. Assim, nos deteremos a investigar a noção de conceito como ato mental e em seguida, a noção de conceito como signo mental. Para compreender o conceito enquanto ato do entendimento, veremos primeiramente como se dá o processo cognitivo no pensamento ockhamista.

Na doutrina do conhecimento intuitivo e abstrativo o conhecimento não se dá *a priori*, mas provém do contato imediato ou mediato com os objetos: “o conhecimento humano é condicionado ao contato direto ou indireto com algum objeto ou dado da experiência”³. Uma vez que estamos situados numa ontologia que só considera indivíduos (as substâncias e qualidades aristotélicas) como constituintes da realidade, o contato com o mundo exterior é o ponto de partida de sua doutrina gnosiológica. Entretanto, não se trata de um conhecimento empírico que se forma pela abstração passiva dos objetos externos por parte do intelecto tal qual no empirismo tradicional. Ao contrário, o conhecimento se dá de forma ativa, pois o conceito enquanto signo é identificado com um ato cognitivo.

Ockham distingue dois atos em relação aos seres humanos, atos internos e atos externos. Os atos internos, são atualizações mentais de vários poderes (*potentiae*) ou faculdades psicológicas humanas: atos apetitivos, correspondendo a faculdade apetitiva sensitiva, atos de desejo, medo, repulsão, atos volitivos ou atos da vontade como decisões, e atos cognitivos, sejam sensitivos ou intelectuais (conceitos). Os atos mentais são estados mentais atualizados quando um agente está pensando, sentindo, desejando ou percebendo. Os atos intelectuais se dividem em ato de julgamento e ato de apreensão. O ato de julgamento é aquele pelo qual um agente julga uma proposição como falsa ou verdadeira. Já o ato apreensivo se restringe à mera apreensão intelectual e se divide em complexo e incompleto. O ato apreensivo complexo é a formação de uma proposição mental, no valor de verdade com o qual o agente não se compromete. Já o ato apreensivo incompleto precede a apreensão complexa e subdivide a cognição intuitiva e cognição abstrativa.

O início do processo cognitivo é a intuição sensível pela qual os sentidos apreendem os objetos do mundo. Michon nos assegura que “o conhecimento intuitivo é absolutamente

³ GHISALBERTI, 1997, p. 67.

primeiro, efeito imediato do encontro do sujeito com o objeto”⁴. Os objetos provocam uma sensação, que por sua vez provoca uma intuição intelectual singular que é o ato apreensivo complexo, isto é, a formação de uma proposição mental acerca da existência ou não existência do objeto no presente a partir de sua evidência. Dada a evidência atual do objeto, o intelecto produz um julgamento verdadeiro por evidência sobre uma proposição acerca da existência ou não existência do objeto. Copleston explica que o “conhecimento intuitivo é então a apreensão imediata de uma coisa como existente, habilitando à mente a formar proposições contingentes concernentes à existência daquela coisa”⁵. O ato apreensivo complexo ou conhecimento intelectual intuitivo é, portanto, um julgamento de existência.

Em contrapartida, o ato apreensivo incompleto conhece o objeto como objeto, indiferente à existência ou não existência do mesmo. Ghisalberti ilustra este ato:

[...] há alguns momentos, havia uma pena sobre minha mesinha; eu a vi, tive o conhecimento intuitivo dela e exprimi meu assenso com um juízo assim formulado: há uma pena sobre minha mesinha. Agora que a pena foi retirada, eu não a vejo mais; continuo, todavia, a pensar nela, e tê-la em minha mente. Mas pelo só fato de tê-la em minha mente, não estou autorizado mais a dar assentimento à afirmação: existe uma pena em minha mesinha, e isto porque a notícia atual que tenho da pena não implica que ela exista ainda e se encontre *hic et nunc* sobre a mesinha.⁶

Essa notícia que é indiferente à existência ou não existência do objeto é chamada notícia abstrativa.

O ato intuitivo gerado a partir de um contato com um objeto exterior leva a um ato abstrativo que por sua vez causa um hábito. O hábito é uma inclinação da mente para alguns outros atos similares a ele, porém numericamente distintos. Os hábitos são qualidades singulares reais na mente. E, uma vez que identificamos os conceitos como atos abstrativos da mente humana, logo, eles são qualidades singulares na mente⁷.

O conhecimento intuitivo pode ser perfeito ou imperfeito. Perfeito quando conhecemos a existência ou não existência do objeto atualmente. Imperfeito quando conhecemos por meio da evidência de um juízo existencial que remete ao passado. É neste sentido que o conhecimento intuitivo (imperfeito) se aproxima do conhecimento abstrativo: ambos conhecem sem a presença do objeto. Isso só é possível porque o intelecto é capaz de reproduzir o ato apreensivo intuitivo através do hábito formado pelo ato intelectual inicial.

⁴ MICHON, 1994, p. 143.

⁵ COPLESTON, 1953, p. 62.

⁶ GHISALBERTI, 1997, p. 68.

⁷ Cf. PANACCIO, 2004, p. 23.

O conhecimento abstrativo se dá de duas maneiras de acordo com a distinção feita por Ockham do sujeito cognitivo em alma sensitiva e alma intelectual: “Todos os atos cognitivos são atribuídos a uma alma. Há, portanto, de acordo com Ockham, dois tipos de alma capazes de cognição: almas sensitivas racionais e almas racionais”⁸. No que diz respeito aos objetos da alma sensitiva o conhecimento abstrativo é sempre causado, isto é, seguido do conhecimento intuitivo. Entretanto, em relação a alma intelectual o conhecimento abstrativo é conceitual e tem por objeto o universal. Relativo aos objetos, situamos o objeto de conhecimento da alma sensitiva no mundo, isto é, os particulares; enquanto o objeto de conhecimento da alma intelectual reside não no mundo exterior, mas no interior do homem, na sua alma.

A distinção entre cognição intuitiva e abstrativa é uma estratégia para fugir da distinção usual entre sensação e intelecção, segundo a qual a sensação iria corresponder à cognição intuitiva e a intelecção à cognição abstrativa. Além disso, através da noção de cognição intuitiva, temos que a cognição intuitiva de um incompleto que possibilita um julgamento existencial evidente é ela mesma uma intuição intelectual de julgamento e, portanto, parte do julgamento.

Assim, o processo cognitivo se dá como uma complexa sequência causal. O objeto sensível é a causa de uma intuição sensorial que com ajuda da sensação causa um ato intuitivo intelectual que traz por um lado, um julgamento existencial verdadeiro e singular e, por outro, um ato abstrativo simples. A cognição abstrativa forma o hábito, que é uma disposição que permitirá ao agente reativar futuramente o ato abstrativo quando o objeto inicial não estiver mais presente. Diante do que foi exposto fica subjacente a pergunta: como esses atos se transformam em signos mentais no processo cognitivo?

Os conceitos são um tipo de signo. Os signos falados da linguagem falada nós podemos ouvi-los, os escritos da linguagem escrita podemos vê-los. Mas os signos mentais presentes na linguagem mental que são os conceitos, nós só podemos situá-los na linguagem mental, isto é, na mente privada dos agentes inteligentes. Os conceitos significam de forma natural e primitiva em relação às palavras faladas ou escritas. Isto porque o discurso conceitual ou mental é equiparado ao próprio pensamento, embora seja dotado de uma estrutura sintática bastante similar a das linguagens convencionais.

Considerando o conceito enquanto signo, Ockham pode aplicar a ele as várias funcionalidades desenvolvidas na lógica terminista, tais como função referencial (suposição),

⁸ KARGER, 1999, p. 201.

significação, conotação, etc. Entretanto, ao considerar que o conceito é ele mesmo um ato, os conceitos não são o objeto dos atos cognitivos, mas são eles mesmos identificados com os atos. O ato é então classificado como uma qualidade singular da mente, não precisando ocupar nenhum local especial na ontologia reducionista, além do que, o conceito enquanto ato pode ao mesmo tempo em que é uma cognição ter suas funções semânticas preservadas como por exemplo significar e supor por algo, dispondo de sua característica de signo. Assim, evita-se a necessidade de uma mediação entre o ato e o próprio entendimento. Tendo explicado como o conceito é ele mesmo um ato cognitivo, falta esclarecer o que significa dizer que o conceito é um signo. Para tanto, retornemos à definição de signo.

A noção ockhamista de signo se apoia na noção aristotélica de que um termo é aquilo em que uma premissa se resolve (p. ex., o predicado ou aquilo do qual é predicado) quando é afirmado ou negado que algo é ou não é o caso. Para Ockham “um termo é simplesmente uma parte componente de uma proposição”⁹. O termo é ou pode ser parte de uma proposição. Existem vários tipos de signo. A distinção geral dos termos segue a distinção de Boécio dos três tipos de discurso: falado, escrito e conceitual (este último somente existe na mente). Os termos falado e escrito significam convencionalmente e o signo conceitual significa naturalmente seus significados. O que diferencia os termos convencionais dos termos mentais é a significação.

O signo tem dois sentidos na lógica ockhamista. Um sentido mais amplo e um sentido mais técnico. No sentido amplo:

Signo é tudo aquilo que quando apreendido traz algo diverso à mente. Aqui, um signo não precisa, como foi mostrado em outro lugar, nos habilitar a pegar a coisa significada pela primeira vez, mas somente depois que tivemos algum tipo de conhecimento habitual da coisa.¹⁰

Neste sentido uma palavra falada pode ser signo natural de uma coisa, do mesmo modo que praticamente qualquer coisa pode significar naturalmente outra coisa, já que aqui significar naturalmente é trazer algo diverso à mente. Logo, fumaça é signo natural de fogo, pois sinaliza algo diverso de si mesmo. É interessante destacar que no sentido amplo de signo a significação natural será explicada a partir da noção de causa e efeito, assim, todo efeito será signo natural de sua causa (como no caso da fumaça e do fogo).

Uma vez que a significação natural é a base da cognição conceitual, é necessário delimitar a significação natural apenas aos signos conceituais, pois ela define a identidade

⁹ *Summa Logicae*, parte I, capítulo 1.

¹⁰ *Idem, ibidem*.

destes. Se acaso aos signos convencionais também fosse atribuída significação natural, então o signo/conceito perderia a característica que o diferencia dos demais: precisamente o fato de seu significado não ser alterado por convenção – como pode ocorrer com o signo falado e escrito. Por este motivo se diz que o signo/conceito não pertence a nenhuma língua¹¹.

Em outro sentido, um signo é tudo aquilo que:

(1) traz algo à mente e pode supor por esta coisa; (2) pode ser adicionado a um signo deste tipo numa proposição (p. e., expressões sincategoremáticas, verbos e outras partes do discurso faltando uma significação determinada); ou (3) pode ser composto de coisas que são signos de qualquer signo (p. e., proposições). Tomando o termo “signo” neste sentido a palavra falada não é signo natural de nada.¹²

O segundo sentido de signo é uma definição técnica que será usada por Ockham em sua obra. Se desmembrarmos esta definição teremos que o signo é algo que em (1) traz algo à mente e pode supor por esta coisa. Vemos tanto a função semântica da significação quanto a função da suposição. Já em (2) temos a função sincategoremática e em (3) a função proposicional de portar valor de verdade. Todas as funções que um signo pode e deve desempenhar de acordo com a definição técnica são funções que satisfazem exigências da lógica enquanto ciência.

A noção técnica de signo atrelada ao fato de que conceitos são ditos como signos de segundo sentido levantou entre os comentadores alguns problemas. Dentre eles o de saber se a teoria semântica de Ockham é proposicionalista ou atomista em relação ao seu tratamento dos conceitos. Uma teoria semântica atomista tem como unidade fundamental o conceito, enquanto uma teoria semântica proposicionalista tem como seu núcleo básico e proposição.

O argumento proposicionalista¹³ parte da definição técnica de signo. Segundo tal, esta definição se baseia principalmente em papéis proposicionais. A principal consequência deste argumento é que a significação pressupõe sempre a formação de combinações proposicionais. Isto é, a significação fica circunscrita à proposição. Entretanto, se pensarmos em termos cognitivos no que diz respeito ao modo como aprendemos uma proposição, veremos que antes de apreendermos uma proposição, precisamos apreender suas partes. Se voltarmos à definição de atos judicativos temos que “todos os atos judicativos pressupõem a cognição incompleta dos termos” pois, “uma vez que pressupõe um ato apreensivo e todo ato apreensivo em

¹¹ Cf. *idem, ibidem, OPh I*, p. 7: Unde isti termini concepti et propositiones ex eis compositae sunt illa verba mentalia quae beatus Augustinus, XV *De Trinitate*, dicit nullius esse linguae, quia tantum in mente manent et exterius proferri non possunt, quamvis voces tamquam signa subordinata eis pronuntientur exterius.

¹² *Idem, ibidem*.

¹³ Cf. PANACCIO, 2004, p. 53.

relação a complexos pressupõe a cognição incompleta dos termos”¹⁴. Assim, a significação que é uma função pré-proposicional tem anterioridade e prioridade cognitiva em relação a qualquer função proposicional. Para satisfazer (1), a saber, a função suposicional, é necessário antes satisfazer a função pré-proposicional da significação.

Uma interpretação atomista conceitual, segundo a qual os conceitos adquirem sua significação um por um antes de entrar em uma proposição, parece mais condizente com a teoria semântica de Ockham. Isto porque embora a teoria da suposição que é estritamente proposicional seja o carro chefe da teoria semântica, a noção de suposição é interdependente da noção de significação e inclusive deriva dela na definição de signo. Assim o início da definição técnica de signo como algo que traz algo diverso à mente designa a significação própria dos termos categoremáticos – os que possuem significação definida – mas não requer necessariamente a ocorrência deste signo numa proposição. Segundo Panaccio, “todos os conceitos, por serem signos, devem ser aptos a contribuir de algum modo com a condição de verdade de alguns complexos proposicionais mentais e fazer isto como partes constituintes destes complexos”¹⁵. Embora a significação própria não exija a ocorrência na proposição o signo conceitual, assim como qualquer outro elemento constituinte do pensamento (linguagem mental) deve ser capaz de ser parte de uma proposição.

Referências bibliográficas

COPLESTON, Frederick. **A History of Philosophy**. Volume 3: Late Mediaeval and Renaissance Philosophy. Westminster: Newman Press, 1953.

GHISALBERTI, Alessandro. **Guilherme de Ockham**. Tradução de Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

KARGER, Elizabeth. *Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition*. In: SPADE, Paul Vicent. **The Cambridge Companion to Ockham**. Cambridge: University Press, 1999, pp. 204-226.

MICHON, Cyrille. **Nominalisme**: La Théorie de la Signification d'Occam. Paris: Librairie Philosophique J. VRIN, 1994.

¹⁴ *Ordinatio* I, Prologus, q. 1, *OTh* I, p. 21.

¹⁵ PANACCIO, 2004, p. 55.

OCKHAM, Guillelmus. **Summa Logicae**. In: *Opera Philosophica*. Volumen I. Ediderunt Philotheus Boehner, Gedeon Gál et Stephanus Brown. New York: St. Bonaventure University, 1974.

OCKHAM, William of. **Ockham's Theory of Terms**: Part I of the *Summa Logicae*. Translated and introduced by Michael J. Loux. Notre Dame, Indiana: University Press, 1974.

OCKHAM, Guillelmus. **Scriptum in Librum Primum Sententiarum sive Ordinatio**. In: *Opera Theologica*. Volumen I. Ediderunt Iuvenalis Lator, Stephanus Brown, Gedeon Gál, Angelus Gambatese et Michael Meilach. New York: St. Bonaventure University, 1967.

PANACCIO, Claude. **Ockham on concepts**. Canadá: ASHGATE, 2004.

SPADE, Paul Vicent. **The Cambridge Companion to Ockham**. Cambridge: University Press, 1999.